

O século do café. O cultivo da *Coffea arabica* e as consequentes transformações da paisagem brasileira oitocentista nas obras do acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo¹

El siglo del café. El cultivo del *Coffea arabica* y las consiguientes transformaciones del paisaje brasileño del siglo XIX en las obras de la colección digital de la Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin de la Universidade de São Paulo

The coffee century. The cultivation of Coffea arabica and the consequent transformations of the 19th century Brazilian landscape in the works of the digital collection of the Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin of the Universidade de São Paulo

AUTOR

Solange de Aragão*

solange.aragao@unesp.br

* Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Pesquisadora Residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (2021-2022). Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista (Unesp, Campus Presidente Prudente, Brasil).

RESUMO:

Este artigo aborda o plantio de *Coffea arabica* no Brasil e as decorrentes transformações na paisagem brasileira ao longo do século XIX. De acordo com as fontes consultadas do acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, essas transformações aconteceram, particularmente, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas mudanças na paisagem se referem sobretudo à devastação de zonas de floresta e à implantação de um novo sistema de transporte ferroviário para garantir o deslocamento da produção. As transformações daí advindas impactaram no campo, nas cidades e no modo de vida da sociedade. O objetivo deste artigo é analisar as transformações resultantes do plantio do café em todo o território nacional, e e suas implicações na área urbana e repercussões sociais. Assim, questões como a difusão do café no Brasil, a devastação das florestas para a constituição de fazendas, as mudanças na arquitetura urbana, e a substituição da mão de obra escravizada por imigrantes europeus na lavoura e sua reverberação na sociedade são alguns dos principais aspectos abordados ao longo do texto.

RESUMEN:

Este artículo aborda la plantación de *Coffea arabica* en Brasil y las transformaciones resultantes en el paisaje brasileño a lo largo del siglo XIX. Según fuentes consultadas en el acervo digital de la Biblioteca Brasiliana Guita y José Mindlin de la Universidad de São Paulo, estas transformaciones se produjeron, particularmente, en los estados de Río de Janeiro y São Paulo. Estos cambios en el paisaje se refieren principalmente a la devastación de zonas forestales y a la implantación de un nuevo sistema de transporte ferroviario para asegurar el movimiento de la producción. Las transformaciones resultantes impactaron el campo, las ciudades y el modo de vida de la sociedad. El objetivo de este artículo es analizar las transformaciones derivadas de la siembra de café en todo el territorio nacional, y sus implicaciones para el área urbana y repercusiones sociales. Así, temas como la difusión del café en Brasil, la devastación de

bosques para crear granjas, los cambios en la arquitectura urbana y la sustitución de mano de obra esclava por inmigrantes europeos en la agricultura y su repercusión en la sociedad son algunos de los principales aspectos tratados a lo largo del texto.

ABSTRACT:

This article addresses the planting of *Coffea arabica* in Brazil and the resulting transformations in the Brazilian landscape throughout the 19th century. According to sources consulted in the digital collection of the Biblioteca Brasileira Guita and José Mindlin at the University of São Paulo, these transformations took place, particularly, in the states of Rio de Janeiro and São Paulo. These changes in the landscape refer mainly to the devastation of forest areas and the implementation of a new rail transport system to ensure the movement of production. The resulting transformations impacted on the countryside, cities and society's way of life. The objective of this article is to analyze the transformations resulting from the planting of coffee throughout the national territory, and its implications for the urban area and social repercussions. Thus, issues such as the diffusion of coffee in Brazil, the devastation of forests to create farms, changes in urban architecture, and the replacement of enslaved labor by European immigrants in farming and their reverberation in society are some of the main aspects covered throughout the text.

1. Introdução

Tal como o século XVIII havia sido para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café. (Warren Dean, 2010, p. 193).

O café (ou *Coffea arabica*) é uma planta exótica, originária da Etiópia, cuja cultura se difundiu no Brasil ao longo do século XIX, transformando as paisagens nas áreas florestadas e nas áreas urbanas. Para o seu plantio foram queimadas grandes extensões de florestas, especialmente na região montanhosa da Mata Atlântica. O historiador norte-americano Warren Dean estima que, entre 1788 e 1888, cerca de 7.200 km² de floresta primária foram devastados para o cultivo comercial do café (Dean, 2010, p. 203). Isso implicou na substituição de uma quantidade significativa de espécies da flora e da fauna nativa, partícipes de uma biodiversidade riquíssima das áreas originais de floresta, por uma única espécie ao longo de grandes extensões de terra, com uma única finalidade: o lucro advindo de seu cultivo. Por outro lado, por volta da segunda metade do século XIX, “com a preponderância do café sobre o açúcar, as casas do Norte foram começando a perder em conforto e em luxo para as do Sul” (Freyre, 2004, p. 155). E não somente isso. A riqueza gerada pelo café possibilitou a construção de muitos palacetes não apenas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também no Vale do Paraíba e no interior do estado de São Paulo. Onde já havia uma área urbana consolidada, constatou-se a substituição de um material pelo outro: no caso de São Paulo, por exemplo, a taipa de pilão deu lugar ao tijolo dos palacetes do Ecletismo. Em outros locais, surgiram cidades e vilas inteiras em função do café. Estes são alguns grandes exemplos das transformações da paisagem brasileira decorrentes do cultivo da *Coffea arabica*.

O acervo digital da Biblioteca Brasileira apresenta várias obras do século XIX e algumas posteriores que tratam do café. Nos textos elaborados por autores brasileiros, é possível obter informações sobre a História Geral do Café, com detalhes referentes a seu cultivo e suas variedades comerciais, como na *Monographia do café*, de Paulo Porto-Alegre, datada de 1879:

É de 1830 que data a verdadeira cultura do cafeseiro [*sic*] no Brasil. (...) Para o estabelecimento de cafesaes [*sic*] novos, prefere-se no Brasil terrenos virgens, isto é os que nunca soffreram [*sic*] cultura, e cujo sólo [*sic*] seja profundo e rico de hume, o que dá lugar a um trabalho preliminar inevitável: a derrubada e subsequente queimada (Porto-Alegre, 1879, pp. 151 e 153).

Em *Arte da cultura e preparação do café*, do escritor brasileiro Augustinho Rodrigues Cunha, publicado no Rio de Janeiro, em 1844, consta:

A superficie [*sic*] da provincia [*sic*] do Rio de Janeiro, sendo toda ella [*sic*] montuosa, offerece [*sic*] uma disposição á plantação [*sic*] do cafeseiro [*sic*] por convir sempre fazel-a [*sic*] nas encostas de morros ou outeiros (...) (Cunha, 1844, pp. 27-28).

Outras obras tratam especificamente do café no estado de São Paulo, como *O café e o Estado de São Paulo*, de Augusto da Silva Teles, com uma série de artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, entre 1899 e 1900. Em tom memorialista, Carlota Pereira de Queiroz publica *Um fazendeiro paulista no século XIX*; e *O café na história, no folclore e nas belas-artes*, de 1939, do historiador brasileiro Basílio de Magalhães revela curiosidades sobre o café no folclore e nas belas artes. Destaca-se, ainda, uma conferência proferida em Paris pelo Visconde Luiz Rodrigues de Oliveira, em 1884, comerciante brasileiro, intitulada *Le Brésil*, que inicialmente

PALAVRAS-CHAVE

Café; século XIX;
transformações
da paisagem
brasileira.

PALABRAS CLAVE

Café; siglo XIX;
transformaciones
del paisaje
brasileño.

KEYWORDS

Coffee; 19th
century;
transformations
of the Brazilian
landscape.

Recibido:
29/07/2022

Aceptado:
19/06/2023

apresenta uma visão histórica e econômica do país para, na sequência, abordar os custos de produção e as exportações de café nos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

É importante salientar que para muitos autores brasileiros do século XIX ou de princípios do século XX, algumas abordagens que são hoje de extrema importância para a sociedade e estão de certa forma atreladas às transformações do território naquele momento não eram sequer uma questão - uma exceção, mas de publicação posterior, seria a obra *A civilização do café*, de Alves Motta Sobrinho, que apresenta os guaianases como habitantes da floresta, em aldeamentos sempre próximos aos cursos d'água, e os puris como habitantes do sertão de Guaipacaré (Motta Sobrinho, 19–, pp. 16 e 19). A devastação da floresta, com a perda de biodiversidade e a destruição de territórios indígenas, era vista muitas vezes simplesmente como uma das etapas necessárias à implantação das fazendas. Nesse sentido, o olhar estrangeiro estava mais atento às questões ambientais, como se observa nos textos escritos por europeus e norte-americanos, que mencionam o café produzido no Brasil, como *Il Caffè il suo paese e la sua importanza* (S. Paulo del Brasile), publicado na Itália em 1910, que em determinado trecho fala sobre o triste espetáculo da queimada, além de tratar da história e da literatura produzida sobre o café no Brasil, com muitas fotografias de fazendas de café, especialmente em São Paulo. *Étude de biologie industrielle sur le café*, de 1883, escrito por Louis Couty, fisiologista francês que trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, aborda a questão da seca resultante do processo de devastação das florestas, aconselhando a preservação das árvores e arbustos ao menos nos topos das colinas como reservatórios de umidade (Couty, 1883, p. 7). *Coffee: from plantation to cup*, do negociante norte-americano Francis Thurber, publicado em Nova York em 1886, destaca a riqueza da vegetação brasileira: “*The vegetation of this colossal empire, so richly endowed by nature, is beyond the powers of description. (...) Botanists pronounce the flora of Brazil unsurpassed by that of any other region in the world*” (Thurber, 1886, p. 119).

Essas obras do acervo digital da Biblioteca Brasileira são a principal fonte desta pesquisa. Todos os livros que tratavam do “café” foram consultados, e separados aqueles que traziam informações sobre a produção no Brasil. Entre eles, há observações importantes sobre as transformações das paisagens brasileiras decorrentes do plantio do café. Foram localizadas também imagens (desenhos, gravuras e fotografias), que ratificavam essas observações e evidenciavam aspectos sociais que nem sempre apareciam expressos nos textos. Essas imagens foram consideradas e analisadas na pesquisa que deu origem a este artigo.

O texto está estruturado a partir de questões que nortearam a pesquisa: a difusão do café no Brasil (lugar inicial de cultivo, o percurso antes de chegar à atual região Sudeste do país); as transformações na paisagem natural (a devastação das florestas e mudanças no espaço urbano) e na sociedade brasileira (a substituição da mão de obra escravizada pelo trabalhador europeu). Na conclusão, é mencionado um texto de José Gregório de Moraes Navarro, publicado em Lisboa, em 1799, que defende a preservação da floresta brasileira ao vislumbrar o futuro (“Corram-se as vizinhanças das grandes povoações das Minas Gerais e procure-se em todas elas algumas daquelas preciosas árvores, que faziam em outro tempo o seu mais belo ornamento e não se achará nem os sinais de sua antiga existência” Navarro, 1799, p. 12) - curiosamente, um fazendeiro das Minas Gerais, formado em Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal).

2. A difusão do café no Brasil: a transformação da paisagem brasileira com a produção cafeeira

No Brasil, o século XIX, definido como o “Século dos Jardins” por Machado de Assis (*A Semana*, 05/05/1895), pode ser considerado também o “Século do Café”, conforme assinala Warren Dean em sua obra *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica no Brasil*. Enquanto o jardim se espalhava pelas cidades, o café se espalhava pelos campos, ocupando áreas anteriormente florestadas. Nos jardins, difundiam-se as espécies conhecidas na Europa em detrimento das nativas; fora da área urbana, as espécies nativas que cobriam extensas áreas davam lugar à rubiácea, igualmente exótica, transformando a paisagem brasileira.

Quando se pensa na difusão do café, há duas possibilidades de investigação. A primeira diz respeito à difusão da bebida, do gosto pelo café, que principia entre os etíopes, os persas, os árabes, os egípcios, os turcos e

de Constantinopla segue para a Europa, tornando-se a bebida da moda em Londres e Paris já no século XVII, embora esse café procedesse da Arábia (Motta Sobrinho, 19–, p.9-10). A segunda está relacionada à difusão da planta, do cultivo do café pelo mundo e, neste caso, em particular, pelo Brasil. É quase um consenso entre os estudiosos do café, tais como Alves Motta Sobrinho, William Ukers, B. Belli e Paulo Porto-Alegre, de que as sementes do cafeeiro vieram para o Brasil da Guiana Francesa, sendo interessante analisar seu percurso em território nacional até atingir seu ápice no Estado de São Paulo: inicialmente, por volta de 1722, 1723, o café é cultivado em Belém do Pará e depois no Amazonas, onde o cultivo não progride; do Amazonas e de Belém, segue para o Maranhão na década de 1770; do Maranhão vai para o Rio de Janeiro em 1774, de onde se espalha para o interior da província e segue para a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo; da Bahia também vai para Pernambuco e de Pernambuco para a Paraíba e para o Ceará, em 1822; provavelmente de São Paulo vai para o Paraná e para Santa Catarina, chegando ao Rio Grande do Sul em 1902, mas as condições climáticas impedem uma produtividade expressiva ao Sul do país. No Mato Grosso, o clima é mais favorável, todavia as dificuldades de transporte do produto ao porto inviabilizam a produção. No Estado de São Paulo, segue da capital paulista para Jundiaí e para Campinas. Em relação ao Vale do Paraíba, afirma-se que foi introduzido simultaneamente no vale paulista e no vale fluminense, nas primeiras décadas do século XIX (Motta Sobrinho, 19–, p.11-13 E 23; Belli, 1910, p.17-24; Ukers, 1922, p.5; Porto-Alegre, 1879, p.16-7). No entanto, assinala Porto-Alegre, “é de 1830 que data a verdadeira cultura do cafeeiro no Brasil”, uma vez que a princípio essa planta não recebeu tanta atenção dos fazendeiros (Porto-Alegre, 1879, p.151).

De norte a sul do país, o café transformou paisagens, uma vez que para o seu plantio grandes áreas de floresta foram devastadas; para o seu transporte, a ferrovia foi implantada, ligando as áreas produtivas ao porto; para o seu cultivo, especialmente após a abolição da escravidão, foram trazidos imigrantes europeus, acostumados a outras formas de morar e a outros meios de produzir a habitação; algumas cidades surgiram em função do café, com uma arquitetura à europeia, enquanto nas cidades existentes difundiu-se, como uma das expressões dessa arquitetura, o solar e o palacete - residência urbana dos ricos fazendeiros. Essa transformação foi muito intensa em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a ponto de, no Rio de Janeiro, o romancista José de Alencar afirmar em 1864: “Ainda a foice exterminadora da civilização não esmoutara os bosques que revestiam os flancos da montanha. (...) Elas foram outrora, essas lindas colinas, a verde coroa da jovem Guanabara, hoje velha regateira, calva de suas matas, nua de seus prados” (Alencar, 1864, p.57).

3. O plantio do café e a transformação da paisagem natural brasileira

a vegetação colossais causa espanto. (...) essas paisagens grandiosas, com perspectivas longínquas, estes rios gigantescos assombrados por matas majestosas de verdura eterna, estas numerosas palmeiras e samambaias arbóreas, cujas formas fazem lembrar os esplendores da vegetação antediluviana, a brandura constante do clima, os variados e brilhantes matizes dos pássaros e dos insetos (...) (Peckolt, 1871-1878, pp. 1-2).

when a suitable location has been found, a great amount of labor may be necessary to put the property in workable order, the clearing of virgin forest being often required (Ukers, 1922, p. 153).

Eis um verdadeiro recurso (...). Abaixo as nossas florestas! (...) cafeeiro (Suzano, 1847, pp. 46-47).

Em diversas obras que tratam do cultivo do café no Brasil do século XIX, observa-se que o primeiro passo para o plantio era a derrubada da mata, por meio da queimada, com a consequente devastação da floresta. Alguns autores tratam dessa questão com certa naturalidade, enquanto outros consideram o processo necessário e outros ainda lamentam a perda da vegetação. Raros, no entanto, são os que questionam se era de fato necessário devastar a floresta nativa para viabilizar a plantação do café.

Assim, Augustinho Rodrigues Cunha, em seu livro *Arte da cultura e preparação do café*, afirma que os “terrenos cobertos de matos virgens são os melhores para a plantação dos cafezais” (Cunha, 1844, p. 34), e que “Logo que os matos virgens são derrubados e entregues às chamas, as terras recebem uma quantidade

de saís próprios à vegetação: a planta pode adquirir todo o seu vigor” (Cunha, 1844, p. 36). Semelhante abordagem é feita por Paulo Porto-Alegre em sua *Monographia do café: história, cultura e produção*, ao afirmar que para o estabelecimento de novos cafezais “prefere-se no Brasil terrenos virgens, isto é, os que nunca sofreram cultura, e cujo solo seja profundo e rico de hume, o que dá lugar a um trabalho preliminar inevitável: a derrubada e subsequente queimada” (Porto-Alegre, 1879, p. 153).

O médico brasileiro Nicolau Joaquim Moreira, em publicação de 1873, intitulada *Breves considerações sobre a história e a cultura do cafeeiro e consumo de seu produto*, apresenta um lamento relativamente sutil em relação à devastação: “Desde então as vastas e solitárias florestas do Brasil, ainda respeitadas pela rotina e pela desconfiança, foram abatidas pelo machado e pelo fogo e todo o proprietário de um palmo de terreno cultivou o café” (Moreira, 1873, p. 30). Theodoro Peckolt, em *História das plantas alimentares e de gozo no Brasil (1871-1878)*, assinala que para “a primeira plantação entre nós empregam-se quase exclusivamente terrenos virgens - que nunca sofreram a cultura” (Peckolt, 1871-1878, p. 45), mas logo adiante, ao descrever o processo detalhadamente, evidencia sua consternação:

No mês de maio ordinariamente principia-se a roçar o mato miúdo, os arbustos e pequenas árvores, que debaixo da sombra espessa não só prosperam, mas só ali parecem achar as condições da sua existência. Os enormes cipós que, procurando a luz, sobem ao ápice das maiores árvores, devem necessariamente ser cortados para que as árvores, seguras por estes cabos naturais não se desviem da direção calculada de sua queda, ferindo o derribador. Só depois deste trabalho preliminar vai-se derrubando as grandes árvores (...). Gemem e estalam os gigantes vegetais, até que com o estampido de trovão se precipitam arrastando consigo centos de irmãos mais fracos que a mão do derribador só tinha ferido com alguns golpes de machado, para facilitar a sua queda. Triste espetáculo para o admirador da natureza! Árvores seculares que resistiram às mais terríveis tempestades, caem debaixo da fraca mão do homem, para serem transformadas em cinza (Peckolt, 1871-1878, p. 50).

Esse é um dos poucos autores que questionam a necessidade de devastação das florestas, apontando a ignorância existente no que diz respeito ao valor de sua vegetação (Peckolt, 1871-1878, p. 56) e as consequências climáticas dessa ação sobre a natureza:

Tudo isto prova até a evidência, que a destruição dos matos tem por consequência natural um aumento tanto de calor como de sequeidão do clima, de sorte que terras em outro tempo férteis podem por esta causa ser transformadas em desertos. Pudessem todos os brasileiros ter sempre em lembrança este perigo! (Peckolt, 1871-1878, p. 59).

Também é um dos poucos autores a questionar a ideia de que o café só se produz bem em “terreno de mato virgem”:

Outro erro geral entre os fazendeiros é pensarem que o cafeeiro não produz bem senão em terreno de mato virgem. Dêem-se-lhes as substâncias inorgânicas necessárias à sua vegetação e ele dará igualmente bem em terrenos não virgens. Onde estão os matos virgens da Arábia? E colhe excelente café! O processo invariável da cultura entre nós há de produzir infalivelmente uma destruição completa dos matos, cujos efeitos serão naturalmente muito mais sensíveis para os distritos do interior, do que para os marítimos (Peckolt, 1871-1878, p. 60).

Outro autor que chama a atenção para as consequências da devastação é Louis Couty, em sua obra *Étude de biologie industrielle sur le café*. Além de atentar para a escala das áreas devastadas, o autor destaca sua interferência no regime das águas e na umidade atmosférica, uma vez que as queimadas suprimem um “reservatório de umidade” (Couty, 1883, p. 6), concluindo que esses locais se tornam mais secos e quentes (Couty, 1883, p.4). Couty faz ainda um alerta em relação ao futuro do que ele chama de “um perigo real” em função da seca e aponta a solução: “il faut que le fazendaire n'épuise pas définitivement son sol en détruisant tous les arbres sur de vastes surfaces” (Couty, 1883, pp. 6-7), afirmando também que o melhor seria não queimar uma parte da floresta (Couty, 1883, p. 7).

Em 1863, vinte anos antes da publicação de Couty, o Dr. Luiz Torquato Marques d'Oliveira, no livro *Novo methodo da plantação*, destacava de forma bastante similar o efeito da queimada sobre a terra: a “queima torna a terra vegetal dessecada; mais compacta, arrebatam-se os sais necessários (...); esteriliza os terrenos e os deixa só aptos para produções gramíneas e parasitas, próprias a cada lugar” (Oliveira, 1863, pp. 10-11).

Poucos autores que tratam do café reconhecem em seus textos a beleza, a importância e o valor da vegetação nativa, como o faz B. Thurber em *Coffee: from plantation to cup*. Para ele, a vegetação do Brasil era tão ricamente provida pela natureza que sua descrição estava além de qualquer possibilidade. Lembra ainda que, segundo os botânicos da época, a flora brasileira era insuperável, havendo até aquele momento ao menos vinte mil espécies de valor inestimável para a alimentação ou para a medicina, conhecidas pelos cientistas (Thurber, 1886, p. 119).

O triste espetáculo da queimada corresponde talvez ao momento mais dramático da transformação dessas áreas cobertas por uma vegetação exuberante em áreas cobertas por cafezais. De forma semelhante a Theodore Peckolt, B. Belli em *Il caffè il suo paese e la sua importanza*, descreve minuciosamente a destruição da floresta que antecedia o cultivo do café:

Mentre alcuni con uno strumento adatto vanno tagliando i piccoli arbusti, le piante rampicanti, che sono infinite e grosse da formare una rete inestricabile (...) altri, armati di scure, abbattano i grossi alberi secolari di legno talvolta prezioso che occupano la foresta. (...) Abbattuti gli alberi vengono tagliati i rami in modo da facilitare la loro essiccazione e perchè riescano di più facile combustione. Il tutto atterrato si lascia seccare sino all'approssimarsi della stagione delle piogge, ciò che avviene quasi sempre in agosto. Gli si dà fuoco scegliendo per questa operazione un giorno di sole cocente. (...) Grande e imponente è lo spettacolo dell'incendio di una foresta secolare ma forse tanti lo ignorano. Le lingue di fuoco che crepitano e lambiscono la superficie del suolo, rubano a questo una parte del più prezioso degli elementi organici (l'azoto), anticipando che le ceneri diventano ottime alla sua concimazione. Se le piante abbattute sono ben secche, l'opera del fuoco è completa, e dell'antica foresta rimangono appena alcuni tronchi più o meno carbonizzati che il vorace elemento non è riuscito a distruggere (...) (Belli, 1910, pp. 58-59).

Esse mesmo autor salienta que para o plantio do café a “verdejante e solitária floresta” era destruída a ferro e fogo e que, por meio desse processo, era destruída também uma riqueza maravilhosa que fundamentava o orgulho da região tropical (Belli, 1910, p. 57). Não obstante, em 1907, ainda havia quem apontasse a necessidade de destruição da floresta para o plantio do café, como o imigrante italiano Francisco Ferreira Ramos, proprietário da fazenda Monte Alto no Estado de São Paulo, em *La question de la valorisation du café au Brésil*: “Il faut, en effet, pour la culture du café, disposer de terrains convenables, de forêts qu'il faudra défricher pour y planter les caféiers” (Ramos, 1907, p. 41).

Assim, retiram-se os arbustos e os cipós, as árvores são postas abaixo a machadadas, segue-se o fogo que devasta a flora e a fauna nativas e, sobre as cinzas da floresta, são plantados os pés de café, inúmeros, todos alinhados, dispostos em fileiras paralelas, com o mesmo distanciamento, os arbustos com a mesma altura. Esta é a paisagem resultante em vários lugares do Brasil, mas principalmente no Rio de Janeiro e em diversas fazendas implantadas no estado de São Paulo ao longo do século XIX.

De acordo com B. Belli, já nos primeiros anos do século XX, as fazendas possuíam uma comunicação direta com a linha férrea, ocupavam áreas de entre 10 e 20 mil hectares de terreno fértil, sendo a maior parte destinada ao cultivo do café e o restante a áreas de pastoreio ou remanescentes da floresta. A residência dos grandes proprietários era cercada por jardins e por árvores frutíferas, e extremamente suntuosa no que diz respeito à edificação em si e ao mobiliário interno (Belli, 1910, pp. 108-109). Motta Sobrinho (s.d., p. 58) afirma que ao redor dessa casa sólida havia ainda o terreiro de pedra ou de cimento, as casas dos agregados e dos feitores, a senzala (até o século XIX), tulhas, paiol, galinheiro, chiqueiro, moinhos, máquinas de café, tonéis e abrigos de animais. Toda essa infraestrutura ou, como eram chamadas na época, todas essas benfeitorias devem ser consideradas para a correta compreensão do real dimensionamento das fazendas de café.

Sobre a transformação da paisagem brasileira em função do cafeeiro, em *Le Brésil*, Luiz Rodrigues de Oliveira afirma que em 1884 a cultura do café se estendia do Amazonas a São Paulo, ocupando uma superfície de cerca de 650 mil km² - aproximadamente três vezes a área do atual estado de São Paulo (Oliveira, 1884, p. 62). Ou seja, 650 mil km² de áreas florestadas que deram lugar aos cafezais.

Outro dado que permite compreender a extensão dessas áreas de cultivo nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são as 15 mil fazendas paulistas e as 5 mil fazendas mineiras e fluminenses mencionadas por Silvio Álvares Penteado em *A campanha da defesa do café em 1923-24*, de 1924. Nesse mesmo sentido, comenta Augusto Carlos da Silva Teles, em *O café e o Estado de São Paulo*: “E as plantações estenderam-se de modo a parecer a muitos estar São Paulo possuído da insânia do café” (Teles, 1900, p. 24).

Um aspecto importantíssimo a considerar também nesse processo de devastação da natureza ou destruição da vegetação nativa diz respeito ao tempo ou à durabilidade do solo considerados pelos fazendeiros em relação ao café. Depois de aproximadamente duas décadas, o solo era considerado inadequado ao plantio, sendo as áreas ora abandonadas, ora relegadas ao pastoreio, o que exigia consequentemente a queimada de mais áreas florestadas, ampliando e acelerando significativamente o processo de transformação da paisagem.

Na província do Rio de Janeiro, por exemplo, eram considerados velhos os cafezeiros de 20 ou 25 anos (Cunha, 1844, p. 49). Era possível cortar os cafezeiros 1 ou 2 palmos acima do “nó vital”, sendo considerado, neste caso, como novo. Contudo, a colheita só poderia ser feita novamente depois de 3 ou 4 anos. Outra opção era a poda, embora esta não fosse frequentemente adotada pelos fazendeiros (Cunha, 1844, pp. 49-50). Nicolau Joaquim Moreira (1873, p.41-2), além de mencionar que um pé de café de 20 anos era considerado velho no Brasil, destaca o empobrecimento do terreno (resultante das sucessivas colheitas) como uma das causas da destruição dos melhores cafeeiros, assim como a negligência em sua cultura.

A produtividade dos cafezais ao longo das décadas, atrelada à exaustão do solo, fazia do café uma cultura itinerante. Motta Sobrinho assinala que a devastação impactava também nas cidades: “A grande aventura do café se completava com a exaustão do solo, e o cafeeiro, ávido de novas terras, prosseguia marcha indômita, deixando para trás os que não o acompanhavam: os primeiros reis do café (...), vilas e cidades, algumas ainda alcunhadas de princesas, outras já sem cetro e degradadas” (Motta Sobrinho, 19–, pp. 25-26).

Algumas fazendas de café acabavam sendo destinadas ao pastoreio, mas não se recuperava a floresta devastada. Dessa forma, a transformação da paisagem era muitas vezes definitiva, impossibilitando o reflorestamento pela degradação e uso do solo. Segundo Motta Sobrinho (19–, p. 114), os mineiros pecuaristas foram adquirindo as essas propriedades rurais decadentes do Vale paulista, erradicando os cafezais e transformando tudo em pasto.

Por outro lado, a partir de 1862, aconteceu no Rio de Janeiro um processo singular de recuperação da vegetação nativa na Floresta da Tijuca, com o plantio de várias espécies da Mata Atlântica, liderado por Manuel Gomes Archer, com a contribuição de Glaziou. Esse foi o primeiro reflorestamento no Brasil, impulsionado pela crise de abastecimento de água gerada pela produção cafeeira nas encostas das montanhas (Dean, 1996, pp. 23-40).

Há ainda uma última questão a considerar, que é a crise do café a partir dos últimos anos do século XIX. Em linhas gerais, a crise se deu por uma produção superior à demanda mundial, que provocou a queda do preço do produto. Em 1901, o escritor e político Vicente de Carvalho em *Solução da crise do café* (p. 36) chegou a propor a incineração do café, o que aconteceria de fato somente a partir de 1931, no governo de Getúlio Vargas, com cerca de 65 milhões de sacas queimadas em Santos. Em relação às áreas florestadas, o que significou essa incineração? Que essas áreas extensas de florestas foram queimadas em vão. Esta é uma conclusão ainda mais triste que a de Warren Dean, de que boa parte da Mata Atlântica foi destruída para que as pessoas pudessem tomar uma “xícara de cafezinho”.

4. Paisagens urbanas: repercussões do café na cidade brasileira

Considerando-se a lavoura cafeeira, em 1856, já no período de grandes safras, as vilas e cidades vão metamorfosear-se (Motta Sobrinho, 19–, p. 34).

Motta Sobrinho se refere nesse texto às cidades do Vale do Paraíba, como Lorena e Bananal, mas de fato essa ideia de mudanças no espaço urbano advindas da riqueza da produção cafeeira pode se estender a várias cidades brasileiras, inclusive São Paulo.

A presença e a influência mais simples e direta do café na paisagem da cidade brasileira aconteceu nos jardins residenciais. O café aparecia em alguns jardins da cidade, sendo muito valorizado por suas flores brancas e perfumadas. Aliás, outros autores enfatizam essa característica do arbusto, como Motta Sobrinho, ao afirmar que no “jardim ao lado da casa, o cafeeiro aparecia, não só como planta ornamental, de florescência branca e frutos rubros, mas feito símbolo de valor mítico, telúrico, ecológico” (Motta Sobrinho, 19–, p. 64). Esse emprego do café no jardim como planta ornamental perdura ainda hoje em espaços urbanos como São Paulo, especialmente em jardins que são cultivados pelos próprios moradores.

No que diz respeito à arquitetura, nas cidades, a riqueza advinda do cultivo do café custeou a construção do solar e do palacete, as casas dos ricos fazendeiros na área urbana. O solar normalmente pertencia a um barão do café, como o Solar Aguiar Vallim, em Bananal, ou o Solar do Barão de Lessa, em Pindamonhangaba – ambos situados na região do Vale do Paraíba. Na capital paulista, foram vários os palacetes de ricos fazendeiros de café, construídos na avenida Paulista, em Higienópolis, nos Campos Elíseos e em outros bairros e avenidas. Independentemente da denominação, correspondiam sempre à residência de ricos proprietários. É possível que, no Brasil, em função da época da construção (se em meados do século XIX, no caso do solar, ou na passagem do século XIX para o século XX, no caso do palacete), o solar correspondesse quase sempre à habitação nobre erguida no alinhamento do lote, por vezes com um jardim lateral, com um número significativo de aberturas (portas e janelas) na fachada, enquanto o palacete era a habitação mais rica da cidade, cercada por jardins de todos os lados, como salienta Maria Cecília Naclério Homem, sem sua obra *O palacete paulistano*, ao analisar os palacetes ecléticos da capital paulista (Homem, 1996). De um modo ou de outro, essas construções mais suntuosas marcaram a paisagem das cidades do café a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Ao longo do século XIX, torna-se comum também em algumas cidades brasileiras uma edificação com um uso bastante específico: o café, um estabelecimento onde se servia café, que ficava com as portas sempre abertas, possibilitando a visualização de suas mesas de mármore (Ukers, 1922-1935, p. 573). Francis Thurber chega a afirmar que o Brasil não era apenas o maior produtor de café, mas também o país onde mais se consumia a bebida (Thurber, 1886, p. 48). Afirma ainda que as “casas de café” eram abundantes no Rio de Janeiro, embora fossem usualmente menores que as europeias ou norte-americanas (Thurber, 1886, p. 48).

Outro elemento transformador da paisagem brasileira foi a ferrovia, implantada no Brasil oitocentista para garantir o transporte da produção cafeeira até os portos. Um registro do alcance das mudanças que ocorreram em função da estrada de ferro, bem como de suas estações, pode ser visto no documento intitulado “Relatório da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II”, publicado em 1856. Nesse texto, observa-se, entre outras questões, a necessidade de demolir “um quarteirão inteiro para a edificação da estação terminal” e de outros trechos da quadra “por compreenderem-se no traço as frentes de quase todas as casas”, o que levava a custos elevados com desapropriações (Relatório, 1856, p. 4). As desapropriações se estendiam na “zona da estrada”, onde diversos terrenos e chácaras deveriam ser adquiridos pela Companhia (Relatório, 1856, p. 5). No campo, a linha férrea atravessava algumas fazendas, cujos terrenos foram cedidos gratuitamente por seus proprietários (Relatório, 1856, p. 7), por exemplo, para a construção das estações de Cascadura, dos Queimados, de Maxambomba e de Belém (Relatório, 1856, p. 8). No trecho que trata da construção da estrada de ferro em si, são mencionados movimentos de terra (do mangue da cidade nova para o interior), a limpeza do terreno (de Maxambomba até o Rio de São Pedro), um “longo aterro” (de São Pedro até Belém), que já havia sido iniciado, as “obras de alvenaria de

pontes”, o assentamento dos carris (até o rio Faria), mais aterros e demolições, entre outros aspectos que configuraram alterações na paisagem.

Nas cidades, as ferrovias resultaram em mudanças na paisagem não apenas em decorrência da demolição das construções e da implantação das estações. As linhas férreas constituíram barreiras no espaço urbano, definiram limites de bairros, acentuaram em alguns casos a segregação espacial, atraíram construções ao longo de toda sua extensão, tornando-se muitas vezes elementos definidores ou norteadores das características do lugar. Por outro lado, as estações, além de marcos na paisagem urbana, eram pontos de confluência de pessoas de diversas localidades.

Com o café, também vieram os imigrantes que contribuíram para gerar mudanças na casa, na forma de morar e na paisagem social brasileira. A “Casa dos Imigrantes”, no Bom Retiro, em São Paulo, criada para receber os imigrantes, descrita por Louis Couty como “uma instalação modesta, de edifícios antigos, que não poderia receber mais do que quatrocentos imigrantes ao mesmo tempo” (Couty, 1883, p. 133), foi mais um elemento transformador da paisagem e da ambiência local ao receber imigrantes vindos da Europa.

Assim, considerando a paisagem da cidade brasileira, observa-se que a difusão e o cultivo do café, bem como as riquezas advindas de sua produção e as necessidades geradas por ela, resultaram em transformações de diversos graus, indo desde a simples introdução do arbusto exótico no jardim, até a construção de solares e palacetes para moradia dos ricos fazendeiros, a construção dos cafés (estabelecimentos que se tornaram comuns da paisagem dos séculos XIX e XX), de edifícios como a “Casa dos Imigrantes”, para receber os imigrantes europeus empregados na lavoura, de estações de trem, que marcaram a paisagem e constituíram elementos norteadores do desenvolvimento urbano, assim como a própria ferrovia, que também foi barreira e limite da expansão urbana e por vezes elemento definidor da segregação espacial. Para a implantação de ambas - estação e ferrovia -, quando a cidade já estava estabelecida, foram realizadas desapropriações e demolições, que também alteraram a paisagem das cidades brasileiras.

5. Paisagens sociais: as mudanças na sociedade brasileira no século do café

Em 1800, já se contavam 1.000.000 de escravos de origem africana para 2.000.000 de homens livres, perfazendo aqueles, exatamente, a metade destes e uma terça parte do total (...). Com o advento do café, as entradas crescem, até a proibição do tráfico em 1850, quando a população negra do Brasil já engloba 2.500.000 de indivíduos, e começa o deslocamento de escravos de norte a sul do país. Nesse ano, houve também aumento extraordinário da imigração branca (...). (...) no auge do café, em 1872, já com leis abolicionistas, haverá pouco mais de 1.500.000 cativos, para quase 8.500.000 livres, dos quais, aproximadamente, 7.000.000 seriam brancos, e o restante distribuído entre libertos e mulatos livres. No ano da abolição do cativo, 1888, restaria meio milhão de escravos, para uma população aproximada de 14.000.000 de almas (Motta Sobrinho, 19–, pp. 45-46).

No século do café, a paisagem social também se transforma e sob certos aspectos essa transformação se dá em função dessa produção, mormente no que diz respeito à mão-de-obra necessária ao plantio, à colheita, à secagem do café. A própria leitura dos textos, segundo sua temporalidade, revela essa mudança.

Alves Motta Sobrinho apresenta essas alterações de forma quantitativa, revelando o aumento significativo de escravos em função da produção cafeeira - aproximadamente 1.500.000 escravos a mais em 1850 em comparação ao início do século XIX. Por outro lado, destaca a imigração europeia, que irá ampliar o número de indivíduos brancos na sociedade brasileira. Salienta ainda o fato de que esse cálculo não incluía os índios, que viviam em locais não ocupados pela “civilização”, ou seja, em áreas florestadas afastadas das cidades e vilas e não alcançadas ou não devastadas para o cultivo do café ou de outros produtos agrícolas.

Essa mesma percepção resulta da análise comparativa da obra de outros autores, considerando tanto as imagens apresentadas (entre desenhos, gravuras e fotografias) como os textos. Assim, enquanto na obra

de Thurber (1886), há várias imagens que ilustram escravos de origem ou ascendência africana trabalhando nesse processo (Thurber, 1886, p.9, 12 e 15), assim como trechos em que menciona seu engajamento (Thurber, 1886, p.13-4), Belli (1910, p.108-9) afirma que do administrador ao último colono da fazenda de café eram quase todos italianos - alteração resultante principalmente da Abolição da Escravidão, em 1888, dois anos depois da publicação da obra de Thurber, e do incentivo à imigração a partir da década de 1850, como demonstram alguns documentos do período, como *La question de l'emigration au Brésil*, de 1858.

Em 1879, ainda com referência ao trabalho escravo, Paulo Porto-Alegre relata o emprego de homens, mulheres, crianças e idosos na colheita do café (Porto-Alegre, 1879, p.183). Situação semelhante pode ser observada em relação aos colonos imigrantes em fotografia publicada por F. Ferreira Ramos (1907, p.99) e Belli (1910, entre as páginas 32 e 33). A imagem apresenta uma quantidade expressiva de crianças, mulheres e homens envolvidos na colheita do café - só não havia idosos neste caso porque uma das exigências para os colonos que pretendiam vir para o Brasil era que tivessem menos de 50 anos (Decreto n.528 de junho de 1890).

Esses imigrantes eram considerados por boa parte dos fazendeiros, entre eles os Prado, os Queiroz Telles e os Souza Queiroz, excelentes trabalhadores, especialmente os italianos e sobretudo os italianos de Tyrol (Couty, 1883, p.134). Além dos italianos, havia colonos europeus advindos de outros países, como por exemplo da Alemanha e da Suíça (Couty, 1883, p.135). Por outro lado, alguns documentos atestam uma certa preferência por trabalhadores europeus, particularmente pelos italianos, em detrimento dos asiáticos (Demonstração..., 1877, p.XIII-XVI).

Motta Sobrinho (s.d., p.82) faz a síntese dessa paisagem à época do café e da escravidão, colocando no topo da pirâmide os grandes fazendeiros, logo abaixo os demais cafeicultores, proprietários ou cultivadores de terra alheia, meeiros, negociantes, profissionais liberais, funcionários, artífices, comerciantes de beira de estrada, ambulantes, jornaleiros e, na base, os escravos. Salienta ainda que entre senhores e escravos havia uma minoria de cidadãos livres, numa sociedade até então sem mobilidade (Motta Sobrinho, 19-, p.82) - situação que iria se alterar principalmente após a abolição, à época dos imigrantes, alguns dos quais ergueriam seus palacetes do Ecletismo.

É importante enfatizar quem eram os trabalhadores que estavam na base da produção do café. Nas obras do acervo da Biblioteca Brasileira que tratam do café, há fotografias desses trabalhadores, ex-escravizados, como Romana Maria Antonia de Jesus, que aparece na página 47 da obra de Motta Sobrinho, “ex-escrava do Vale do Paraíba, [que] nasceu na fazenda da Cascata, em Queluz”, ou imigrantes como os que aparecem nas imagens da obra de B. Belli já citada, trabalhando na colheita do café (Belli, 1910, pp. 32-33), entre crianças, homens e mulheres, ou a dos trabalhadores da fazenda “Arraial dos Souza” (Belli, 1910, pp. 96-97) ou mesmo aquelas em que o fotógrafo se aproxima dos pés de café e mostra um ou dois trabalhadores em meio aos cafeeiros, como a cultivadora da fazenda Antônio Prado (Belli, 1910, pp. 104-105) ou a fotografia que registra o café “tratado com o sistema Luiz Bueno” (Belli, 1910, pp. 120-121). Na maioria dessas imagens, com uma ou outra exceção, não aparecem os nomes dos retratados – são figuras que permanecem anônimas em uma paisagem social cujos nomes que se destacavam eram os dos fazendeiros do café e de suas famílias.

6. Conclusão

Suponhamos pois este Reino [Portugal] em outro tempo tão fértil e abundante como o Brasil; suponhamos que os seus primeiros povoadores, não sabendo dar aos frutos naturais da terra o seu justo valor e estima, principiaram a privar a terra de todas as árvores que a cobriam, (...) e vendo-se faltos dos frutos das árvores que cortaram (...) mudaram de habitação para outros lugares, onde acharam as mesmas riquezas naturais; porém como o seu erro e desacordo os acompanhavam em toda a parte, passados alguns anos se viram reduzidos à mesma necessidade (...). Suponhamos agora que os homens mais bem aconselhados tinham conservado as árvores frutíferas e úteis e que,

fazendo dos diferentes terrenos o uso que lhes fosse mais próprio e natural, ajudaram a fecundidade da terra pelos meios que a experiência e a indústria mostravam ser os mais convenientes. Não seriam então muito mais felizes? Não seria a terra tão liberal e benéfica como foi no princípio para os seus primeiros povoadores? (Navarro, 1799, pp. 8-9)

Esse texto, escrito por José Gregório de Moraes Navarro e publicado em Lisboa em 1799, tinha como um de seus objetivos alertar os brasileiros em relação à devastação das florestas e à melhor forma de plantio para que se garantisse a fertilidade do solo. Diante dos fatos, no entanto, tendo sido publicado antes mesmo do século do café, soa como uma das poucas vozes, isoladas, que saíram em defesa da floresta naquele momento.

Tal como se compreendia o plantio do café na época, pela falta de recursos e de mão de obra, pelo desconhecimento de outras maneiras e possibilidades de cultivo sem a necessidade de extensas queimadas, resultou na devastação de áreas florestadas em apenas um século. Assim, as florestas centenárias deram lugar a paisagens homogêneas do cultivo do café, complementadas pelas casas das fazendas e por todas as “benfeitorias” necessárias à produção. Mas não apenas isto. A ferrovia, criada para o transporte do café, também provocou alterações na paisagem por meio de aterros, demolições, construções e implantação de suas estações nas cidades. Nestas últimas, o café apareceu no jardim e parte da riqueza gerada na sua produção foi empregada na construção nas cidades dos solares e palacetes dos ricos fazendeiros, as casas mais suntuosas entre os séculos XIX e XX. Resultou também no aparecimento dos estabelecimentos destinados à sua degustação, ao saborear dessa bebida que se difundiu pelo Brasil de uma forma tão surpreendente a ponto de Machado de Assis afirmar: “Mas nem só de café vive o homem, caso em que se acha também a mulher” (Assis, *A Semana*, 09.01.1896) e que o café “é a bebida nacional, por excelência” (*A Semana*, 16.04.1893).

Outra construção que surgiu de forma indireta em função do cultivo do café foi a “Casa dos Imigrantes”, em São Paulo, que abrigava e encaminhava aqueles que trabalhariam no plantio e na colheita da rubiácea. Dessa forma, o café mudou também a paisagem social, a linguagem e o modo de vida com a chegada dos imigrantes – enquanto os ex-escravizados eram abandonados à própria sorte, como salienta Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*. O café impulsionou ainda o incipiente processo de industrialização de fins do século XIX corroborando para as transformações da paisagem nos séculos seguintes, com sérias consequências para a vegetação nativa.

Estendamos por um pouco a vista para o futuro, e suponhamos, como é provável, que os homens não mudem de conduta porque o seu mau hábito os arrasta ou porque preferem o seu interesse particular, e aparente, ao interesse público, real e verdadeiro, e veremos toda a face daquele continente mudada, as suas riquezas naturais perdidas, ou muito diminuídas; e os homens finalmente reduzidos a cultivar a terra que tão injustamente abandonaram, e a conservar as árvores que existiram, porém de muitas não terão já nem as sementes. O estado presente de muitas terras do Brasil justifica e autoriza a razão deste prognóstico (Navarro, 1799, p. 12).

Justificava e autorizava em 1799; justifica e autoriza ainda mais em 2023 - dois séculos depois do século do café.

NOTAS

¹ Este artigo resulta da pesquisa intitulada “O século do café”, desenvolvida para a 7ª edição do Programa de Residência em Pesquisa da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, J. J. F. (1836). *Pequena memoria sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa.

Alencar, J. de. (1864). *Diva: perfil de mulher*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier-Livreiro.

Assis, M. de. (2008). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Banesio, F. N. (1671/1945). *Discurso sôbre a salubérrima bebida chamada Cahue ou Café*. Introdução de Afonso d'Escragnolle Taunay. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café.

Belli, B. (1910). *Il Caffè il suo paese e la sua importanza* (S. Paulo del Brasile) con 48 tavole, 7 diagrammi e carta delle zone cafeeifere. Milano: Ulrico Hoepli.

Carvalho, V. de. (1901). *Solução da crise do café*. São Paulo: Livraria Civilização.

Constant, G. (1843). *Do café considerado no sentido de sua preparação, de sua colheita, de sua lavagem, e da maneira de seccal-o para o conservar*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza.

Couty, L. (1883). *Étude de biologie industrielle sur le café*. Rio de Janeiro: Imprimerie Messenger du Brésil.

Cunha, A. R. (1844). *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

Dean, W. (2010). *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

Freyre, G. (2004). *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global.

Hahneemann, S. (1849). *Os efeitos do café*. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria Bintot.

Homem, M. C. N. (1996). *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes.

Magalhães, B. de. (1939). *O café na história, no folclore e nas belas-artes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Moreira, N. J. (1873). *Breves considerações sobre a historia e cultura do cafeeiro e consumo de seu producto*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico.

Motta Sobrinho, A. (19–). *A civilização do café (1820-1920)*. São Paulo: Brasiliense.

Navarro, J. G. de M. (1799). *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introdução do arado, refôrma das fornalhas, e conservação de suas mattas*. Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira.

O Fazendeiro do Brazil [...] (Tomo 2, Parte 3). *Cultura do cafeeiro, e criação da cochonilla*. (1800). Editor: [Lisboa]: Na officina João Procópio Correa da Silva.

sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Oliveira, L. R. de. (1884). *Le Brésil: Ses débuts. - Son développement. - Se situation économique. - Ses échanges commerciaux. - Ses plantations de café*. Paris: Imprimerie du Moniteur de l'Oise - C. Moisand.

Oliveira, L. T. M. d'. (1863). *Novo methodo da plantação: fecundidade, durabilidade, estrumação e conservação do café e extinção das formigas exposto em beneficio da agricultura do Brasil e lugares cafeeiros, offerecido aos agricultores*. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito.

Peckolt, T. (1871-1878). *Historia das plantas alimentares e de gozo do Brasil*. Rio de Janeiro: Em casa dos editores proprietarios Eduardo & Henrique Laemmert.

Penteado, S. A. (1924). *A campanha da defesa do café em 1923-24*. São Paulo: Typographia Rothschild & Co.

Pessana, T. A. (1741). *Caffé vingado, das vulgares calumnias defendido: discurso médico em que se mostra, que o uso de café he proveitoso, e para muitas queixas utilissimo remedio*. Lisboa: Na Reg. Offic. Sylviana.

Porto-Alegre, P. (1879). *Monographia do café história, cultura e produção*. Lisboa: Viuva Bertrand & C^a Successores Carvalho & C^a.

Queiroz, C. P. de. (1965). *Um fazendeiro paulista no século XIX, Manoel Elpidio Pereira de Queiroz*. Prefácio de J. F. de Almeida Prado. São Paulo. Conselho Estadual de Cultura.

Ramos, F. F. (1907). *La question de la valorisation du café au Brésil: Conférence faite au cercle d'études coloniales d'Anvers le 29 Janvier 1907*. Anvers: J. W. Buschmann.

Relatório da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II lido na sessão da Assembleia Geral em 15 de julho de 1856. (1856). Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro Paula Brito Impressor da Casa Imperial.

Resende, A. de P. A. (1911). *Relatorio sobre os trabalhos da Commissão do Brazil na Exposição Turim-Roma de 1911 e propaganda do café no estrangeiro*. Torino: [s.l.].

Suzano, L. da S. A. D'A. (1847). *O capitão Silvestre e Fr. Velloso; ou, A plantação de café no Rio de Janeiro: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

Teles, A. C. da S. (1900). *O café e o Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typographia do Diario Official.

Thurber, F. B. (1886). *Coffee: from plantation to cup: A brief history of coffee production and consumption*. Nova York: American Grocer Publishing Association.

Ukers, W. H. (1935). *All about coffee*. Nova York: The Tea and Coffee Trade Journal Company.

Werneck, F. P. de L. (1847). *Memória sobre a fundação de huma fazenda na província do Rio de Janeiro,*